



## RESENHA

*Cesar Maurício de Abreu Mello* – Mestrando do Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos/UFPA. E-mail: [mello.cesar@gmail.com](mailto:mello.cesar@gmail.com)

RAMOS, Edson M. L. S.; ARAUJO, Adrilayne dos Reis (Org.). **Violência no campus**. Belém: EDUFPA, 2013. 151 p. ISBN: 978-85-63728-14-2

O livro aborda a questão da violência e da criminalidade dentro dos campi universitários e nos seus entornos, em especial os ocorridos dentro da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, que é o maior campus da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Seus autores eram, à época, docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação Profissional em Defesa Social e Mediação de Conflitos (PPGDSMC) que, utilizando os resultados de uma pesquisa que tomou por base a opinião dos discentes de graduação da UFPA, buscaram diagnosticar a criminalidade dentro do campus, apresentando resultados pioneiros desta investigação que servirão para o desenvolvimento de projetos no campo da segurança, além de trazer uma abordagem científica sobre o assunto.

Vinte e seis autores contribuíram na elaboração dos seis capítulos do livro. A dificuldade da organização deste trabalho a muitas mãos trouxe como consequências uma passagem nem sempre homogênea de um capítulo para o outro, o uso de poucos e frequentes autores como referências bibliográficas e algumas repetições de ideias em capítulos diferentes, o que não desmerece, de forma alguma, o esforço, o pioneirismo da pesquisa, as surpresas dos resultados e a importância do trabalho para discussões atuais e futuras.

No primeiro capítulo, os autores explicam a metodologia da pesquisa, as características geográficas da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto e fazem uma revisão bibliográfica e legal acerca da organização da segurança nos

campi. Ressaltam que a violência urbana faz parte da realidade acadêmica brasileira e que, via de regra, as reitorias têm adotado inúmeras medidas para minimizar o problema da criminalidade, destacando-se a parceria com órgãos de segurança pública, medida que ainda causa muita polêmica nos meios discente e docente com relação à aceitação ou rejeição da polícia no interior das universidades.

A coleta de dados foi realizada pelos autores via questionário aplicado aos alunos matriculados nos cursos de graduação presenciais, por meio de uma amostragem aleatória estratificada proporcional dos cursos de graduação a fim de validar cientificamente os resultados obtidos.

No que tange ao histórico da atividade de segurança nos espaços universitários, os autores relatam, ainda neste capítulo, que o assunto começa a despertar atenção a partir do período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente nos EUA, onde surgiu, em termos oficiais, a sugestão de que os campi deveriam ter seus próprios serviços de segurança, chamados de “Polícia do Campus”. Continuam discorrendo sobre a problemática causada pela legislação brasileira que não recepciona a figura da “Polícia do Campus”, nem tampouco, deixa claro a jurisdição, as atribuições, os “poderes” e os limites geográficos de atuação dos servidores civis – funcionários ou contratados – responsáveis pela segurança no interior do campus. Dessa forma, suas atividades são limitadas pela imprecisão do fundamento legal que ampara os serviços de segurança, já que são de aspecto geral, como o Código Civil, as Leis Federais e a Constituição Federal (CF/88) em vigor. Frisam que entre os contornos principais dessa imprecisão, ressalta o fato de que a segurança feita nas universidades não está situada nem no âmbito da segurança pública – regulada pela CF/88 –, nem no âmbito da segurança privada – pautada na Lei 7.102, de 20 de junho de 1983.

Finalizando o capítulo um, os autores concordam que as universidades brasileiras são instituições sujeitas a um tipo de gestão híbrida, que não é nem exclusivamente pública e nem totalmente privada, requerendo um tipo de segurança num viés ainda parcamente regulamentado, pois a segurança orgânica de instituições públicas difere da segurança das empresas privadas tanto quanto difere da segurança pública, já que os princípios básicos que regem a segurança privada nem sempre se harmonizam com as normas que regem as instituições públicas.

O segundo capítulo se dedica à análise do sentimento de (in)segurança presente na população. Os artigos mostram que o ambiente particular dos campi, normalmente constituídos de grandes espaços, com pouca iluminação, com a ausência de policiamento com um grande fluxo de pessoas com um perfil favorável a serem vítimas, são propulsores de determinados tipos de crimes,

onde se destacam, segundo a pesquisa, o furto (42,12%) e o roubo (26,32%). Uma constatação observada pelos autores nesses resultados foi que, embora os registros de crimes sejam reais, grande parte do sentimento de insegurança e medo é proporcionada pela ampliação com que os meios midiáticos promovem a questão, isto é, o medo e a insegurança sentidos pelos acadêmicos estão relacionados muito mais à sensação do que à vivência em si do crime. Adicionalmente, os autores apontam que existe uma relação de descrédito e desconfiança do público discente no que se refere aos serviços prestados pelo setor de segurança da UFPA, onde 57,89% dos entrevistados que foram vítimas de crimes não comunicaram o fato, pois 63,64% destes não acreditam que o problema seria resolvido. Esse resultado aponta na direção de uma alta taxa de subnotificação, o que indica que um número bem maior de delitos ocorre no interior da cidade universitária.

Quanto ao perfil das vítimas, os autores concordam, após analisar uma série de pesquisas anteriores sobre vitimização, que os discentes correm um risco maior de serem vítimas do delito de roubo, principalmente por se adequarem ao perfil de vítima mais comum desse delito no Brasil e porque alguns deles têm uma percepção equivocada que estão seguros no interior do campus e relaxam em sua segurança pessoal.

Ainda neste capítulo, os autores apresentam dados da pesquisa que revelam que a estrutura (ou falta dela) da instituição também é considerada como um fator que colabora para a prática de delitos, já que, dentre os universitários vítimas de delitos, 78,95% deles indicam que a falta de iluminação contribui para a ocorrência de crimes, 89,47% atribuem à falta de vigilância eletrônica e 68,42% indicam que a falta de policiamento na UFPA ocasiona a prática de crimes.

O capítulo três se inicia analisando o perfil dos alunos do campus, pois, segundo os autores, existe uma clara e inequívoca relação entre as características do campus e o tipo de delito que lá ocorrem. Após análise dos instrumentos de pesquisa, pode-se afirmar que os discentes da UFPA são representados, em sua maioria, pelo seguinte perfil: faixa etária entre 16 e 24 anos, não havendo discrepância entre os sexos, são de cor declarada parda, com renda familiar predominante entre 3 a 6,99 salários mínimos, são solteiros e deslocam-se até a cidade universitária da UFPA em ônibus.

Na continuação das discussões, um fato que merece destaque neste capítulo é a postura do diretor de segurança do campus ao alertar o prefeito do campus sobre a quase impossibilidade – legal e prática – de garantir a integridade das pessoas e das instalações durante algumas das atividades de lazer, notadamente os bailes de forró que ocorrem no interior do campus. Sua afirmação é apoiada

pelos resultados da pesquisa que mostram que a maioria dos delitos no interior do campus ocorreu nos dias, horários e locais próximos às atividades de lazer. Curiosa é a constatação contraditória obtida pelas respostas dos alunos, onde 78,95% dos discentes entrevistados consideram que as festas não contribuem para a ocorrência do delito sofrido.

No capítulo quatro os autores exibem relatos de alguns casos de violência ocorridos no interior e entorno de algumas das universidades do país e alertam para o fato de que a justiça brasileira vem adotando um posicionamento de responsabilizar as instituições de ensino pelos crimes que ocorrem nos seus espaços e no seu entorno. Mesmo assim, continuam eles, a imprecisão legal que ronda as questões do controle de acesso, da responsabilidade pela apuração do delito (Polícia Federal nos casos onde há subtração do patrimônio da UFPA e Polícia Civil nos casos de delitos envolvendo os estudantes, professores, funcionários e público), da falta de definição clara das atribuições e “poderes” da segurança do campus dificultam a reparação dos danos sofridos pelas vítimas de crimes no interior do campus. Num dos exemplos relatados neste capítulo, os autores mencionam a destinação de cerca de R\$ 600.000,00 pela Universidade Federal do Amazonas para a implantação de um monitoramento de câmeras na parte externa do campus visando a diminuição dos arrombamentos de veículos. Ressalta-se que a simples instalação de equipamentos, como os descritos anteriormente, não tem o condão de diminuir a criminalidade a menos que traga, a reboque, medidas como pessoal técnico e qualificado para manter vigilância ininterrupta nas imagens dos monitores, um rápido e eficiente sistema de pronto atendimento e resposta rápida para interromper o delito, uma correta investigação com vistas a obter provas que levem à prisão dos infratores etc.

O capítulo cinco se dedica a uma análise da área do entorno do campus e sua influência nos delitos cometidos no lado de dentro. Ratificam os autores que, embora não exista uma relação linear simples entre pobreza e criminalidade, o bairro do Guamá – onde está situada a cidade universitária –, apresenta um elevado índice de criminalidade que exerce influência dentro do campus. Os autores apresentam também a série histórica das ocorrências de furto do patrimônio, de furto de veículos, dos arrombamentos de veículos, das ameaças/agressões e dos roubos a pessoas dentro da UFPA, no período de 1999 a 2012.

No último capítulo, os autores se empenham numa análise da origem do generalizado sentimento de insegurança experimentado pelos estudantes da instituição e concluem que, de uma maneira geral, mesmo os alunos que não sofreram diretamente a agressão, experimentam seus efeitos, ou por terem presenciado diretamente o ocorrido, ou por terem tomado conhecimento dele

por meio de colegas ou das reportagens sensacionalistas da imprensa, fatos que consolidam, reproduzem e ajudam a disseminar o medo. Os autores comprovam por meio dos resultados da pesquisa que os medos fomentados pela percepção exagerada que os alunos têm da criminalidade no campus não estão respaldados na existência efetiva de um número elevado de delitos efetivamente ocorridos dentro da instituição e que o medo do crime no campus tem muito mais a ver com uma expectativa em relação à criminalidade do que da efetiva ocorrência desses crimes no interior do campus.

Pode-se afirmar, ao agrupar as ideias de todos os capítulos, que a Diretoria de Segurança da UFPA tem atribuições com um nível de complexidade alto e inúmeras limitações políticas, operacionais e legais que dificultam seu trabalho. Adicionalmente, muitas vezes é mal compreendida e vista como polícia interna da UFPA e, por isso mesmo, antipática e intransigente. O trabalho da segurança do campus envolve a constante tentativa de equacionar medidas necessárias e ações possíveis.

Ressalta-se aqui que a própria legislação brasileira contribui para a inexistência de um serviço de qualidade superior na medida em que obriga as instituições públicas a contratar empresas e serviços terceirizados sempre pelo menor preço, o que, de alguma forma, limita o recrutamento de funcionários mais capacitados.

Viu-se também que, em números absolutos, a quantidade de delitos no interior da cidade universitária ainda é inferior à média das grandes capitais brasileiras, quando tomado como exemplo o ano de 2012, tivemos 12 casos de furto ao patrimônio, 8 casos de furto de veículo, 7 casos de arrombamento de veículos, 3 casos de ameaça/agressão e 8 casos de roubo a pessoas num universo onde circulam mais de cinquenta mil pessoas.

Finalizando, talvez o dado mais curioso e importante revelado pela pesquisa é que, apesar do “mito” de que a comunidade acadêmica não vê com bons olhos a polícia no interior do campus, mais de 85% dos entrevistados se declararam favoráveis à presença policial no campus, resultado esse que pode trazer mudanças significativas no *modus operandi* de se fazer segurança nos campi universitários do Brasil.

Texto submetido à Revista em 29.06.2014  
Aceito para publicação em 15.12.2014

